



ASSOFT

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOFTWARE

Relatório e Contas 2015

Edifício Fernando Pessoa - Rua General Ferreira Martins, nº 10, 7º B - 1495-137 Algés

(Página Intencionalmente deixada em branco)

A **ASSOFT - Associação Portuguesa de Software** foi constituída em 1991 como Associação empresarial, formada por diversas empresas da área de *software*, *hardware* e comunicações, desde produtores nacionais a revendedores e editores internacionais, tendo-lhe sido atribuído o estatuto de entidade pública sem fins lucrativos.

Desde Junho de 1994 que a ASSOFT está registada na Inspeção Geral das Atividades Culturais (IGAC) como entidade de gestão coletiva de direito de autor e direitos conexos relativamente aos produtos de *software* (programas de computador código-fonte).

A ASSOFT tem como principais objetivos estatutários a promoção, defesa e divulgação da legalidade, qualidade e integridade do *software* em Portugal e a gestão coletiva de direito de autor e direitos conexos em relação aos produtos de *software* criados e produzidos pelos seus associados e utentes.

Tem como principais atividades: ações de sensibilização e de luta anti pirataria, em cooperação com produtores e distribuidores de *software*; defesa do direito de autor e direitos conexos para o *software*, através do registo e depósito de código-fonte; elaboração de contratos de depósito *escrow*; apoio jurídico na elaboração de contratos de utilização e licenciamento; apoio às autoridades policiais e judiciais em peritagens relativas à pirataria e ao crime informático.



(Página Intencionalmente deixada em branco)

Handwritten signature or initials in the bottom left corner.

Mensagem do Presidente da Direção

Caro Associado,

O ano de 2015 não foi seguramente fácil para empresas e empresários. A par dos sinais de retoma que se sentem temos de manter o realismo: Portugal enfrenta grandes desafios num cenário europeu complexo e com problemas sérios, integrado numa Europa que reconhece hoje ter o seu maior potencial de crescimento na economia digital - o mercado de atuação natural dos nossos associados.

A ASSOFT, ao dedicar todo o seu esforço ao sucesso das empresas de desenvolvimento de software, empresas que vivem e têm a sua prosperidade associada à penetração tecnológica, saber que, segundo a IDC, o mercado português de Tecnologias de Informação e Comunicação projeta crescimento para 2016, temos razões para estar otimistas, desde que se esteja consciente de que há uma crescente e significativa transferência para a utilização de soluções e tecnologias móveis, cloud computing e internet of things. Há oportunidade, mas temos de acompanhar estas tendências atuais em termos da utilização de tecnologia, para a podermos endereçar com sucesso.

E é precisamente na capacidade das empresas portuguesas de software em investir nestas novas tendências, adaptando e, porque não, inovando a sua oferta, que está o nosso maior desafio como País e como Associação. Vemo-nos como a entidade que, mais que nenhuma outra, tem a capacidade e a obrigação de criar parcerias e sinergias que ajudem a indústria portuguesa de software a compreender onde está a sua maior oportunidade, a par com execução de projetos de angariação de fundos comunitários que possibilitem às empresas “aligeirar” as suas necessidades de investimento.

Em 2015 superámos o plano base, gerando resultados que serão incorporados nos capitais próprios, apesar de continuamos a assistir à desistência de alguns dos nossos associados mais antigos, associada também a situações de dificuldade económica, por vezes com algumas situações de falência.

A aposta na abertura de novas frentes de atividade, efetuada no início do presente triénio, revela-se um sucesso. Complementando as tradicionais atividades da ASSOFT, na conformidade de licenciamento de software e interface da indústria de software com organismos governamentais, a reativação do apoio aos associados no acesso a fundos comunitários para modernização e internacionalização que, para além de os capacitar financeiramente na conquista dos seus desafios pessoais, libertou uma margem importante para duas grandes ações chave: manutenção da recuperação do atual passivo junto dos dois principais credores e a possibilidade de nos prepararmos para um ano de atividades autofinanciado para o triénio que se segue: 2017-2019.

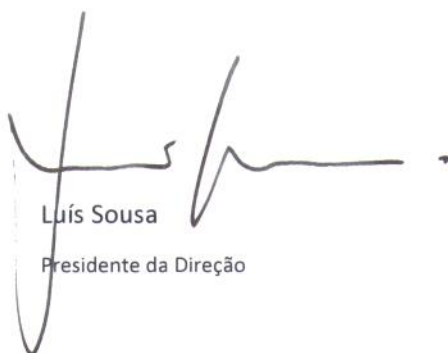


Não posso deixar de agradecer publicamente à Associação Industrial Portuguesa (AIP) o apoio e consideração na resolução da dívida que a ASSOFT tinha para com esta instituição, ao mostrarem excecional razoabilidade e conhecimento da realidade empresarial, no acordo de pagamento em vigor.

Uma última palavra para, em nome de toda a atual Direção da Associação, manifestar o nosso apreço e gratidão:

- aos associados e utentes dos nossos serviços, pela confiança que em nós depositam;
- às entidades com quem nos relacionamos, com particular carinho àquelas com quem estabelecemos protocolos de colaboração, pelo seu prestável e precioso apoio;
- aos nossos colaboradores, pela seu profissionalismo e incansável dedicação.

Cordiais cumprimentos,



Luís Sousa
Presidente da Direção

1 - A ASSOFT

1.1 - O Fundamental

Missão

A promoção e a defesa dos interesses das pessoas e entidades que, em Portugal, produzem e comercializam *software*, estimulando o seu crescimento sustentado e criando condições ótimas para a exportação, com particular enfoque na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Visão

Reforçar o peso institucional e a reputação da Associação, em termos do seu impacto na economia, enquanto representante da indústria de *software* Portuguesa, liderando nos novos temas como a garantia de uma internet transparente e competitiva, a privacidade ou a segurança, a par com a tradicional defesa da Propriedade Intelectual e do combate à pirataria.

Portugal tem condições para desenvolver uma indústria de *software* inovadora e relevante para a sua economia, atendendo à qualidade dos quadros técnicos que possui e forma todos os anos. O seu posicionamento Europeu e a sua natural relevância na Língua Portuguesa dão-lhe uma importante vantagem competitiva em termos de exportação e de internacionalização da indústria Portuguesa de *software* na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Estratégia

A atuação da Associação segue, prioritariamente, quatro vetores estratégicos chave:

- Direito de Autor, Propriedade Intelectual e Conformidade de *Software*;
- Apoio na implementação da nova legislação;
- Desenvolvimento de competências, crescimento sustentado e Internacionalização das empresas Portuguesas de *software*;
- Novos temas das Tecnologias de Informação e Comunicação.

1.2 - Factos relevantes em 2015

O plano base de 2015, mercê das perspetivas económicas difíceis e que consequentemente aconselhavam prudência, assentava num ligeiro decréscimo das receitas a par com custos reestruturados por forma a assegurar uma execução em *breakeven*. Em simultâneo, foram planeados projetos de apoio à economia, assentes em fundos comunitários que, a par com o objetivo prioritário de ajudar os nossos associados a desenvolver as suas competências e a internacionalizar-se, iriam possibilitar ganhos adicionais para a Associação.

Desta forma, o exercício de 2015 foi norteado por dois princípios chave:

- manutenção de clara separação da execução nuclear da Associação, cujas receitas advêm das quotas dos associados e dos serviços da ASSOFT, como os depósitos e as auditorias, dos projetos de fundos comunitários;
- desenvolvimento de ações e atividades que incrementem o valor da Associação e dos seus serviços para os associados;

e de cuja execução salientamos os seguintes factos:

- participação ativa no grupo de entidades ligadas às várias vertentes do Direito de Autor, que se alinham no **Fórum dos Direitos na Internet**, que possui como grande objetivo contribuir para, num momento em que Portugal aposta no aproveitamento do seu rico património material e imaterial, bem como numa nova geração de Empreendedores, na Cultura e na Ciência, desenvolver um quadro legislativo que apoie e incentive o respeito pelos direitos de autor;
- manutenção e revisão contínua do **alinhamento de princípios estratégicos com associações** de grande relevo nas tecnologias de informação e comunicação, das quais destacamos a ANETIE, a iCOMP e a BSA, com quem definimos princípios de colaboração;
- participação no **Fórum dos Serviços**, uma iniciativa da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), que visa construir um espaço aberto ao estudo, ao debate, à elaboração de propostas e ao desenvolvimento de iniciativas conjuntas relacionadas com o setor e as atividades de serviços e com o seu papel na economia portuguesa, onde têm lugar associações, empresas, investigadores e personalidades de reconhecido mérito;
- execução do **projeto INTERSOFT II**, um projeto enquadrado na tipologia de projetos conjuntos de internacionalização, cuja execução se iniciou em 2014 e terminou em dezembro de 2015, de onde destacamos a participação na feira Moztech (Business IT Summit) em Maputo em Maio de 2015 e as iniciativas em alinhamento com a ANETIE, no âmbito do LOGIN PT, que se centra na melhoria da eficiência coletiva do sector;
- execução do projeto **Q-GLOBAL 2015** para a zona norte e centro do País, que tem como objetivo a execução de um modelo de consultoria que possibilite o aumento de competências e o domínio da representatividade em mercados externos para PME's do sector e cuja execução está projetada para terminar em Dezembro de 2016;
- candidatura do projeto **QLX-SOFTWARE SKILLS**, no âmbito do Portugal 2020, para a zona de Lisboa e Vale do Tejo, que acreditamos estará aprovada no início de 2016;
- candidatura ao **SIAC 2016**, no âmbito do Portugal 2020, que possui como objetivo a promoção, defesa, divulgação da legalidade, da qualidade e da integridade do software em Portugal, bem como a gestão coletiva de direito de autor e dos direitos conexos em relação aos produtos de software criados e produzidos pela indústria;



- manutenção e reforço dos protocolos em vigor, nomeadamente com a Inspeção Geral das Atividades Culturais, a Autoridade Tributária e Aduaneira, a Polícia Judiciária, a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, a Associação Industrial Portuguesa e a Câmara de Comércio e Indústria.

Por uma questão de transparência, salientamos que estão a ser cumpridos na íntegra os acordos de pagamento estabelecidos no último trimestre de 2013, junto dos dois credores principais da Associação, para regularização do passivo identificado em 2012. Este facto, pela natureza realista do plano de pagamentos acordado, permite libertar a ASSOFT de preocupações disruptivas, como as associadas ao incumprimento de dívidas, para se concentrar totalmente na criação de valor para os seus associados.

1.3 - Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Presidente	Eng. Carlos Lacerda (individual)
Secretário	Eng. Fernando Santos (em representação do Sector Zero)
Vogal	Dr. Filipe Oliveira Pinto Ribeiro (em representação da Hewlett-Packard Portugal)

Direção

Presidente	Eng. Luís Sousa (individual)
Vice-Presidente	Dr. Pedro Duarte (em representação da Microsoft Portugal)
Tesoureiro	Dr. António Augusto Telheiro (individual)
Vogal	Dr. Jorge Oliveira (em representação da Oracle Portugal)
Vogal	Dr. Jorge Santos Carneiro (em representação da Sage Portugal)
Vogal	Dr. Cláudio Correia (em representação da Algardata)
Vogal	Dr. Luís Filipe Carvalho (individual)

Conselho Fiscal

Presidente	Dr. Nuno Rocha (em representação da Adobe)
Vogal	Eng. Jorge Sá Couto (em representação da J.P. Sá Couto)
Vogal	Eng. Jorge Baptista (em representação da Primavera Business Software Solutions)

(Página Intencionalmente deixada em branco)

Handwritten signature or initials in the bottom left corner, consisting of a large loop and some smaller strokes.

2 - RELATÓRIO DE GESTÃO

2.1 - Principais indicadores

2.1.1 - Número de Associados

	2012	2013	2014	2015	%15/14
Coletivo	215	219	222	215	-3,2%
Individual	96	111	130	121	-6,9%
Outro	24	24	37	47	27,0%
Total	335	354	389	383	-1,5%

2.1.2 - Número de Depositantes

	2012	2013	2014	2015	%15/14
Coletivo	172	190	198	190	-4,0%
Individual	13	13	14	14	-
Total	185	203	212	204	-3,8%

2.1.3 - Número de Depósitos

	2012	2013	2014	2015	%15/14
Coletivo	1 635	1 516	1 343	1 548	15,3%
Individual	291	187	152	178	17,1%
Total	1 926	1 703	1 495	1 726	15,5%

2.1.4 - Rendimentos

Valores em K €	2012	2013	2014	2015	%15/14	
Execução Nuclear ASSOFT	307,2	298,9	265,4	276,0	4,0%	
Quotas e Serviços ASSOFT				247,9	253,7	2,3%
Reembolsos Tribunais				5,2	10,1	93,4%
Subsídios Obtidos				12,3	12,3	-0,4%
Projetos		29,1	280,0	570,4	178,0	-68,8%
Total Rendimentos	336,3	578,9	835,8	454,0	-45,7%	

2.1.5 - EBITDA, EBIT, Resultados antes de Impostos e Patrocínios

Valores em K €	2012	2013	2014	2015	%15/14
EBITDA	11,5	8,1	86,1	25,8	-70,0%
EBIT	9,7	1,5	85,1	23,2	-72,8%
Resultado antes de Impostos	9,7	1,5	84,9	23,2	-72,7%
Total Patrocínios	25,0	12,5	0,0	0,0	-

2.1.6 - Idade do Saldo de Clientes a 31/Dez/2015

Idade Saldo	Valor (€)	% Total
Até 30 dias	10 713,30	13,7%
De 31 a 60 dias	28 464,53	36,4%
De 61 a 90 dias	23 694,38	30,3%
Superior a 90 dias	15 327,06	19,6%
Saldo Clientes (31/Dez)	78 199,27	100,0%
Potencial de incobráveis	9 977,91	12,8%

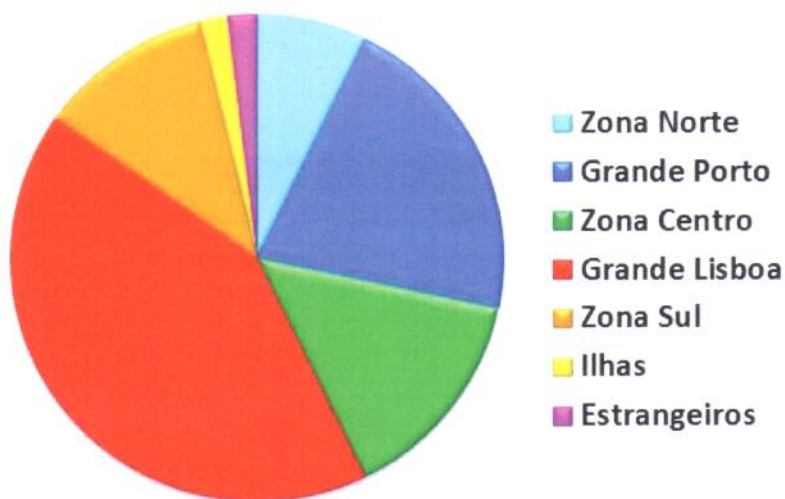
2.1.7 - Atividade Departamento Técnico

	2012	2013	2014	2015	%15/14
Auditorias e Consultoria	11	20	8	9	12,5%
Testemunho em Tribunal	25	13	5	1	-80,0%
Perícias com Autoridades	58	39	30	34	13,3%
Total	94	72	43	44	2,3%

2.1.8 - Processos-crime

	2012	2013	2014	2015	%15/14
Processos Crime	79	52	35	29	-17,1%

2.1.9 - Perfil geográfico dos Associados



2.2 - Demonstração de Resultados de 2015

DEMONSTRAÇÃO (MODELO REDUZIDO) DOS RESULTADOS POR NATUREZAS			
PERÍODO FINDO EM 31/12/2015		Unidade monetária: Euro	
	NOTAS	DATAS	
		31/12/2015	31-12-2014
Vendas e serviços prestados	4	323 382,29	541 891,73
Subsídios, doações e legados à exploração	5	7 931,38	-
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	-
Fornecimentos e serviços externos	6	(253 448,41)	(588 013,50)
Gastos com o pessoal	7	(167 861,22)	(153 686,58)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-	-
Provisões (aumentos/reduções)		-	-
Provisões específicas (aumentos/reduções)		-	-
Aumentos/reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos e ganhos	8	122 694,97	293 955,73
Outros gastos e perdas	9	(6 880,25)	(8 042,46)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		25 818,76	86 104,92
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	10	(2 656,30)	(983,47)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		23 162,46	85 121,45
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	11	-	(236,00)
Resultado antes de impostos (EBT)		23 162,46	84 885,45
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período	17	23 162,46	84 885,45

O Técnico de Contas nº. 21620,
António Augusto F. Telheiro

António Augusto F. Telheiro

[Handwritten signature]

2.3 – Balanço de 2015

Ativo

BALANÇO (MODELO REDUZIDO) EM 31/12/2015			
Unidade monetária: Euro			
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2015	31-12-2014
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	10	4 994,27	1 814,97
Bens do património histórico e cultural		-	-
Propriedades de investimento		-	-
Activos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		-	-
		4 994,27	1 814,97
Activo corrente			
Inventários		-	-
Clientes	12	78 199,27	74 321,80
Adiantamentos a fornecedores		-	-
Estado e outros entes públicos	13	-	118,91
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		-	-
Outras contas a receber	14	90 893,23	137 615,02
Diferimentos	15	723,22	291,73
Outros activos financeiros		-	-
Caixa e depósitos bancários	16	12 457,00	37 283,27
		182 272,72	249 630,73
Total do activo		187 266,99	251 445,70

Fundos Patrimoniais e Passivo

BALANÇO (MODELO REDUZIDO) EM 31/12/2015			
		Unidade monetária: Euro	
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2015	31-12-2014
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		-	-
Excedentes técnicos		-	-
Reservas		-	-
Resultados transitados	17	95 523,05	10 637,60
Excedentes de revalorização		-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	17	1 000,00	1 000,00
Doações			
Resultado líquido do período	17	23 162,46	84 885,45
Total do fundo do capital		119 685,51	96 523,05
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		-	-
Provisões específicas		-	-
Financiamentos obtidos		-	-
Outras contas a pagar		-	-
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	18	26 345,98	66 341,79
Adiantamentos de clientes		-	-
Estado e outros entes públicos	13	11 826,79	16 146,45
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		-	-
Financiamentos obtidos		-	-
Diferimentos		-	-
Outras contas a pagar	14	29 408,71	72 434,41
Outros passivos financeiros		-	-
		67 581,48	154 922,65
Total do passivo		67 581,48	154 922,65
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		187 266,99	251 445,70

O Técnico de Contas nº. 21620,
António Augusto F. Telheiro

António Augusto F. Telheiro

[13]

[Handwritten signature]

2.5 - Desempenho em 2015 e Perspetivas

O contexto económico e empresarial vivido em 2015, como para a generalidade do mercado, naturalmente não facilitou a execução da ASSOFT. A forte racionalização da estrutura de custos, a par com um foco acentuado na execução de projetos de fundos comunitários, que permitem a afetação dos custos de pessoal da associação afetos a projetos, foi a chave para a libertação dos meios necessários para a execução do plano de resolução do seu passivo.

Em termos líquidos, a ASSOFT viu os seus associados empresariais diminuir em 3,2%, sendo na sua grande maioria empresas de desenvolvimento de *software* que não foram capazes de, neste período de dificuldade económica, transformarem os seus produtos para o novo paradigma cloud e mobilidade, no fundo dois dos principais pilares da transformação digital que hoje se vive na economia.

O número total de obras depositadas diminuiu em 3,8%, devido a questões naturais de obsolescência do software me causa, não sendo, contudo, alheia a nova legislação tributária que, ao determinar a obrigatoriedade das empresas com software próprio a certifica-lo, motiva a aquisição de soluções de software disponíveis no mercado. Importante é o facto do número de novos depósitos ter crescido 15.5%, o que está em linha com a crescente sensibilização do mercado para a proteção da sua propriedade intelectual.

Como previsto no seu planeamento conservador, as receitas nucleares da ASSOFT bateram o plano base em 8,7% e o plano alvo em 3.0%, o que se traduziu num crescimento de 4.0% face ao ano transato. A queda nos lucros ficou a dever-se à menor execução dos projetos em 2015, onde as eleições travaram a velocidade de execução dos projetos no âmbito do Portugal 2020 bem como os respetivos níveis de investimento.

Resumindo, fechamos 2015 com uma situação de balanço saudável e com boas perspetivas de cumprimento dos planos de regularização do passivo de médio e longo prazo, que acreditamos será de zero no final da execução de 2016.

Por último, é na nossa perspetiva muito importante salientar que a forte redução da atividade fiscalizadora Portuguesa, devido aos sucessivos cortes orçamentais dos organismos de fiscalização nacionais e que são visíveis na quebra da atividade do departamento técnico da ASSOFT, no capítulo de peritagens e testemunhos em tribunal, foram contrabalançados com aumentos significativos em trabalhos de auditoria e apoio de consultoria associados à certificação de software. É neste desinvestimento na atividade fiscalizadora por parte do governo e do mercado que reside a nossa grande preocupação no curto prazo, com quebras que chegaram a ser superiores a 40%. Reconhecendo que as perícias e serviços aos tribunais, para além de serem uma importante fonte de rendimentos, são uma das principais fontes de prestígio da ASSOFT, em 2016 iremos incrementar a aproximação às entidades oficiais com o intuito de procurar atenuar, ou idealmente reverter, esta tendência.

Para 2016, acreditando no Fundo Monetário Internacional (FMI), é previsível que a economia Portuguesa mantenha uma recuperação. As estimativas são de ligeira capacidade de crescimento, pelo que optamos por propor um orçamento para a ASSOFT em 2016 que:

- no **plano base**, corresponde à sua execução nuclear, não tenha quebras nas linhas de negócio da Associação (quotas, depósitos, etc.), com a exceção dos serviços prestados aos tribunais, onde acreditamos que estes venham a ter uma quebra de cerca de 10% motivada pela continuação de cortes orçamentais semelhantes aos vistos em 2015, e dos patrocínios e contribuições extraordinárias que admitimos irão ser marginais no futuro, devido aos cortes que as empresas têm feito nos seus orçamentos de marketing; e
- no **plano de trabalho em projetos**, prevê a angariação de novos associados e clientes dos serviços, a par com a execução de projetos de acesso a fundos comunitários, com os quais acreditamos se poderá conseguir um resultado adicional bruto de 60.000 € e, conseqüentemente, nos permitirá acelerar, quer a redução do passivo de longo prazo da ASSOFT, quer as atividades de interesse para os associados (congressos, sessões de formação, grupos de trabalho, etc).

A indústria das tecnologias de informação e comunicação está em plena revolução com o fenómeno do *cloud computing*. Esta é a maior ameaça e a maior oportunidade para fornecedores de T.I. e clientes e impacta fortemente quem desenvolve e comercializa *software* ao mudar o paradigma. A ASSOFT está a procurar tudo fazer para ajudar quem desenvolve e comercializa *software* a ter sucesso, continuando a sua eterna “luta” pela defesa dos Direitos de Autor, mesmo no novo paradigma do mercado digital, da Internet e do *cloud computing*, servido de interface com as instituições governamentais, como a Autoridade Aduaneira e Tributária, na implementação do enquadramento legal e ajudando-as a desenvolver projetos de modernização e internacionalização, com acesso a fundos comunitários.

Ambição e trabalho não nos faltam. Contando com o apoio e a confiança dos nossos associados, que nunca nos faltou, estamos certos de ter sucesso neste 2016.

2.6 - Agradecimentos

Os elementos da Direção que agora vos presta contas, e que se coloca à vossa inteira disposição para o necessário julgamento, gostariam de expressar o seu especial agradecimento aos associados da ASSOFT, garantindo-lhes que continuarão a encontrar na ASSOFT o maior empenho em os servir.

Expressamos, também, aos restantes Órgãos Sociais o nosso agradecimento pela disponibilidade sempre presente nas respetivas áreas de atuação.

Aos nossos parceiros agradecemos a confiança e o apoio nas parcerias estabelecidas.

Aos colaboradores agradecemos em particular o elevado profissionalismo no desempenho das funções exercidas, num ano particularmente exigente, e expressamos o desejo de que continuem a desenvolver um bom trabalho em prol do tecido empresarial português e do país.

Algés, 30 de Maio de 2016.



(Página Intencionalmente deixada em branco)

Handwritten signature or initials in black ink, consisting of a stylized 'P' and other cursive marks.

3 - RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

De acordo com as disposições estatutárias da nossa Associação e demais legislações em vigor, a Direção da Associação Portuguesa de Software - ASSOFT, apresentou ao Conselho Fiscal o Relatório, Balanço, Demonstração de Resultados e respetivos anexos, referentes ao exercício de 2015, os quais são da responsabilidade da referida Direção.

No exercício das suas atividades de fiscalização e de harmonia com as exigências legais, o Conselho Fiscal procedeu ao exame dos registos contabilísticos e relatórios anexos que lhe servem de suporte, tendo constatado que os elementos referidos traduzem de forma clara a atividade da Associação e que os valores contabilísticos registados satisfazem os requisitos legais e estatutários.

Manifestamos à Direção e aos Serviços da Associação o nosso agradecimento por toda a colaboração prestada no Conselho Fiscal e, nestas condições, somos de parecer:

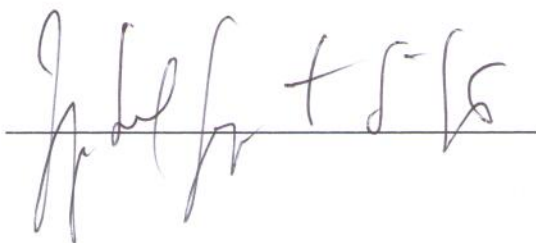
que, tendo presente as demonstrações financeiras, aproveis o Relatório, Balanço e Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 apresentados pela Direção da ASSOFT.

Algés, 07 de Junho de 2016

Presidente - Dr. Nuno Rocha
(em representação da Adobe Corporation)



Vogal – Eng. Jorge Manuel Sá Couto
(em representação da J.P. Sá Couto, SA)



Vogal – Eng. Jorge Batista
(em representação da Primavera Software)



(Página Intencionalmente deixada em branco)

Handwritten signature or initials in the bottom left corner, consisting of several stylized, overlapping loops and lines.

4 – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Handwritten signature or initials in black ink, appearing to be 'Y. J.' or similar.

(Página Intencionalmente deixada em branco)



1. Identificação da entidade

ASSOFT - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOFTWARE

Natureza Jurídica: PCUP - Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

Número de Contribuinte: 502 534 478

CAE Principal: 94995-R3

CAE Secundário: 70220-R3

Sede Social: Edifício Fernando Pessoa, Rua General Ferreira Martins, 10 -7º B, 1495-137 Algés

A Associação tem por objecto:

- a) A gestão colectiva do direito de autor e dos direitos conexos em relação aos produtos de software (programas de computador) e documentação auxiliar criados e produzidos pelos seus representados;
- b) A representação de entidades congéneres estrangeiras em território português e daquelas que representam os seus representados nos respectivos territórios nacionais, e;
- c) Complementar a promoção, a defesa e a divulgação da qualidade, da legalidade e da integridade do software em Portugal, assim como do hardware e sistemas de comunicações que lhe estejam associados.

Segundo: A Associação poderá promover, patrocinar e realizar por si ou em colaboração com outras instituições nacionais ou estrangeiras, todas as actividades lícitas convenientes ao objecto social e nomeadamente:

Alínea a) - Estudos de investigação científica;

Alínea b) - Conferências e congressos científicos;

Alínea c) - Cursos, acções de formação profissional e outras actividades de pedagogia e divulgação cultural;

Alínea d) Intercâmbio e cooperação com instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

Alínea e) Publicações;

Alínea f) Atribuição de prémios e bolsas de estudo;

Alínea g) Informar os cidadãos, empresas e outras entidades sobre assuntos do seu interesse;

Alínea h) Apoiar e desenvolver actividades no âmbito das Tecnologias de Informação e Comunicação sempre que as mesmas se mostrem viáveis e em benefício do utilizador comum;

Alínea i) Subscrever protocolos e acordos com quaisquer entidades que colaborem e prossigam os mesmos fins que a Associação;

Alínea j) Intervir, sempre que para tal seja solicitada, em diferendos comerciais entre associados, entre associados e terceiros e entre não associados, podendo criar, para o efeito, órgãos de conciliação e arbitragem destinados a dirimir os conflitos de interesses surgidos entre aqueles;

Alínea k) Intensificar a colaboração com empresas e/ou entidades nacionais ou estrangeiras cujo objecto consista no desenvolvimento da economia nacional;

Alínea l) Filiar-se em organismos congéneres, nacionais ou internacionais, sempre que tal se justifique em função da realização dos objectivos legítimos dos seus associados;

Alínea m) Defender, junto das entidades nacionais e comunitárias, os interesses legítimos dos seus associados relativos ao desenvolvimento económico nacional; e

Alínea n) Colaborar activamente com o Governo, a Administração Pública Central, Regional ou Local sempre que para tal seja solicitada.

2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), já adaptadas ao modelo NC-ESNL, para Entidades do Sector Não Lucrativo. Devem entender-se, como fazendo parte daquelas normas, as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades Sem Fins Lucrativos (NCRF-ESNL) e as Normas Interpretativas.

Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2015 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2014.

3. Principais Políticas Contabilísticas, estimativas e julgamentos relevantes

As presentes demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

ASSOFT - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOFTWARE

Activos Fixos Tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo considerado, que corresponde ao seu custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidades acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os dispêndios com reparação, que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis, são registados como gastos do período em que são incorridos. Os dispêndios com inspecção e conservação dos activos são registados como gastos.

Activos Intangíveis

Ao activos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha recta durante a vida útil estimada dos activos fixos intangíveis. As vidas úteis e o método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um activo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse activo pertence.

A quantia recuperável do activo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas. Sempre que a quantia escriturada do activo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade". A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade", e efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (liquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo é registado no activo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização/depreciação do activo, calculada conforme descrito acima, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Instrumentos financeiros

Contas a Receber

As dívidas de Clientes e Outras contas a Receber, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registadas no activo pelo custo, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável).

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração a informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

ASSOFT - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOFTWARE

Caixa e Depósitos Bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa e de depósitos bancários à ordem.

Empréstimos e contas a pagar não correntes

Os empréstimos e as contas a pagar não correntes, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Activos e passivos contingentes

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objecto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objecto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas: (i) o montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade; (ii) é provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa; (iii) os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade e (iv) a fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

Regime de Acréscimo

As receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas, à medida que são geradas e independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de "Diferimentos" ou "Outras contas a pagar ou a receber".

Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e suposições efectuadas pelo órgão de gestão foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data da aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas e reflectidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber e iii) provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

Acontecimentos Subsequentes

Os eventos que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

ASSOFT - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOFTWARE

4. Prestações de Serviços

Nº Conta	Designação	Exercício 2015	Exercício 2014
	Vendas e Prestações de Serviços		
72	Prestações de Serviços	323 382	541 892
	Quotizações e outros serviços	260 408	247 878
721	Quotizações correntes	270 357	276 035
721.1			
721.2	Acções Pirataria	6 500	
725.1	Notas de Crédito	-16 449	-28 157
	Projectos	63 196	294 014
	Intersoft	62 950	264 199
722	Consultoria - Projecto Intersoft	94 318	311 574
725.2	Notas de Crédito	-31 368	-47 375
	Microsoft	246	0
722.3	Consultoria - Projecto Microsoft	246	0
	Descontos e Abatimentos	-222	0
728			

5. Subsídios à exploração

Nº Conta	Designação	Exercício 2015	Exercício 2014
75	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	7 931	0
751	IEFP	7 931	0

6. Fornecimentos e serviços externos

Nº Conta	Designação	Exercício 2015	Exercício 2014
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		
622	Serviços Especializados	147 742	318 115
6221	Trabalhos especializados	132 215	304 199
6224	Honorários	11 467	11 095
6226	Conservação e reparação	784	755
6227	Serviços bancários	3 276	2 066
623	Materiais	6 294	4 870
6231	Ferramentas e utensílios de desg.rápido	289	117
6232	Livros e documentação técnica	293	221
6233	Material de escritório	5 339	2 417
6234	Artigos para oferta	0	1 426
6238	Outros	373	689
624	Energia e Fluidos	3 539	4 351
6241	Electricidade	2 984	3 951
6242	Combustíveis	50	15
6243	Água	505	385
625	Deslocações, Estadas e Transportes	50 631	215 466
6251	Deslocações e estadas	31 013	193 817
6254	Kms em viatura própria	19 618	21 649
626	Serviços Diversos	45 243	45 211
6261	Rendas e alugueres	31 396	10 778
6262	Comunicação	10 907	29 529
6263	Seguros	1 855	2 409
6265	Contencioso e notariado	25	907
6267	Limpeza higiene e conforto	962	877
6268	Outros	98	711
	TOTAIS	253 449	588 013

ASSOFT - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOFTWARE

7. Gastos com o pessoal

Nº Conta	Designação	Exercício 2015	Exercício 2014
63	GASTOS COM O PESSOAL	167 861	153 687
632	Remunerações do Pessoal	139 161	124 619
634	Indemnizações	0	0
635	Encargos s/ Remunerações	27 170	25 894
636	Seguro acidentes trabalho/doença	828	867
638	Outros gastos c/pessoal	702	2 308

O número médio de empregados da Associação, ao longo do ano e no final do período findo em 31 de Dezembro foi de: 6

Designação	Exercício 2015	Exercício 2014
Número médio de empregados	6	6
Número de empregados no fim do período	6	6

8. Outros rendimentos e ganhos

Nº Conta	Designação	Exercício 2015	Exercício 2014
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	130 626	293 956
781	Rendimentos suplementares	118 340	281 619
783	Recuperação dívidas a receber	4 239	0
786	Outros rendimentos e ganhos	9	0
787	Alienações	0	0
788	Outros	8 039	12 337

9. Outros Gastos e Perdas

Nº Conta	Designação	Exercício 2015	Exercício 2014
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	6 880	8 042
681	Impostos	3 447	4 322
6812	Impostos Indirectos	3 116	2 970
6813	Taxas	332	1 352
687	Gastos e perdas em invest. não financeiros	712	975
6878	Outros	712	975
688	Outros	2 721	2 745
6881	Correcções relativas periodos anteriores	9	662
6883	Quotizações	2 682	2 083
6888	Outros	30	2 083

10. Activos fixos tangíveis

Nº Conta	Designação	Exercício 2015	Exercício 2014
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	4 994	1 815
435	Equipamento administrativo	35 680	29 844
438	Depreciações acumuladas	-30 685	-28 029
438.5	Equipamento administrativo	-30 685	-28 029
642	Gastos Depreciação e de Amortização	2 656	983
642	Equipamento administrativo	2 656	983

ASSOFT - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOFTWARE

11. Juros e gastos similares suportados

Nº Conta	Designação	Exercício 2015	Exercício 2014
	JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS	0	236
691	Juros Suportados	0	236

12. Clientes

Nº Conta	Designação	Exercício 2015	Exercício 2014
21	CLIENTES	78 199	74 322
211	Clientes c/c	83 805	79 928
219	Perdas por imparidade acumuladas	-5 606	-5 606

13. Estado e Outros Entes Públicos

Nº Conta	Designação	Exercício 2015	Exercício 2014
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	-11 827	-16 028
	ACTIVO	0	119
241	I.R.C.	0	9
242	I.R.S.	0	0
243	I.V.A.	0	110
	PASSIVO	-11 827	-16 147
241	I.R.C.	-209	-108
242	I.R.S.	-3 849	-3 564
243	I.V.A.	-1 953	-7 735
245	Segurança Social	-5 816	-4 740

14. Outras Contas a Receber e a Pagar

Nº Conta	Designação	Exercício 2015	Exercício 2014
	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR		
	Outras contas a receber	90 893	137 615
2721	Devedores por acréscimo de rendimentos	18 442	69 436
278	Outros devedores	72 451	68 179
	Outras contas a pagar	29 409	72 434
2722	Credores p/ acréscimos de gastos	25 076	27 915
2722.2	Remunerações a liquidar	20 915	20 915
2722.9	Outros acréscimos de gastos	4 161	7 000
278	Outros credores	4 333	44 519

15. Diferimentos

Nº Conta	Designação	Exercício 2015	Exercício 2014
28	DIFERIMENTOS	723	292
281	Gastos a reconhecer	723	292

ASSOFT - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOFTWARE

16. Caixa e Depósitos Bancários

Nº Conta	Designação	Exercício 2015	Exercício 2014
1	MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	12 457	37 283
11	Caixa	422	19
12	Depósitos à ordem	12 035	37 264

17. Fundos patrimoniais

Nº Conta	Designação	Exercício 2015	Exercício 2014
5	FUNDOS PATRIMONIAIS	119 685	96 523
51	Fundos patrimoniais	0	0
511	Fundos	0	0
56	RESULTADOS TRANSITADOS	95 523	10 638
59	Outras variações no capital próprio	1 000	1 000
594	Doações	1 000	1 000
81	Resultado líquido do período	23 162	84 885

18. Fornecedores

Nº Conta	Designação	Exercício 2015	Exercício 2014
221	Fornecedores c/correntes	26 346	66 342
2211	Fornecedores Gerais	26 346	66 342

19. Acontecimentos após a data do Balanço

Não ocorreram eventos relevantes relatáveis após a data de balanço.

Lisboa, 31 de Março de 2016



O Técnico de Contas nº 21620,
António Augusto F. Telheiro

A Direção,

